



INFORMATIVO

NOVEMBRO | 2025

podemos

CÂMARA

PÁG. 4

**SÉRGIO SANTOS RODRIGUES TOMA
POSSE E FORTALECE O PODEMOS NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PÁG. 6

**Gilson Daniel lança livro inédito sobre captação
de recursos públicos**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz


Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Morais, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, Gabriel Verly, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Philippe Zanchetta, Natana Cristina, Rafaella Panceri, Robert Alves, Artur Póvoa, Tikkho Maciel e Tullio Damin Da Sois.

SUMÁRIO

- 4** Sérgio Santos Rodrigues toma posse e fortalece o Podemos na Câmara dos Deputados
- 6** Gilson Daniel lança livro inédito sobre captação de recursos públicos
- 8** Deputado Haully apresenta o novo Super Simples 5.0 para impulsionar os pequenos negócios
- 10** Combate ao uso criminoso de drones e fortalecimento da segurança pública
- 12** Defesa de novas ações contra a fome marca participação de Ruy em cúpula internacional no Catar
- 14** Em pouco mais de 100 dias de mandato, Tiago Dimas mostra articulação política e retoma protagonismo na Câmara
- 16** Avança projeto de Romero Rodrigues que obriga operadoras de celular a enviar alertas sobre crimes contra idosos
- 18** Gambale garante defesa das famílias e das APAEs com mudança no decreto do MEC
- 20** Renata Abreu abraça desde o primeiro choro aos cabelos brancos
- 22** Samuel Santos segue comprometido com os interesses da população
- 24** Câmara avança em proposta “pet friendly” de Bruno Ganem para transporte de animais
- 26** Projeto determina criação de programas voltados a necessidades específicas de grupos vulneráveis
- 28** Deputado pede devolução de MP sobre seguro-defeso por vício constitucional
- 30** Projeto que prioriza julgamento de ações sobre desastres ambientais é aprovado na CCJ
- 32** Nely Aquino defende respeito a fauna e regras claras para os criadores de passarinhos
- 34** Mauricio Marcon apresenta PEC da Liberdade da Jornada de Trabalho
- 36** Oferta de merenda escolar nas férias é proposta de Rafael Fera
- 38** ARTIGO: Até que idade é possível trabalhar em um hospital?



“Quero contribuir na advocacia, minha área de origem, e, com certeza, com o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Podem ter certeza de que trabalho e dedicação não vão faltar”

SÉRGIO SANTOS RODRIGUES TOMA POSSE E FORTALECE O PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O deputado Sérgio Santos Rodrigues (MG) tomou posse como deputado federal nesta terça-feira (18), na Câmara dos Deputados. Ele assume na condição de suplente, substituindo a deputada Nely Aquino, que se licencia do mandato por quatro meses para tratar de assuntos pessoais. Na eleição de 2022, Rodrigues obteve 18.760 votos.

O parlamentar agradeceu a recepção do partido, em especial dos dirigentes e da deputada Nely Aquino, e reafirmou o compromisso de trabalhar pelos brasileiros e defender pautas relacionadas às áreas da Justiça e do Esporte.

“É um prazer, e também uma grande responsabilidade, substituir o seu trabalho aqui, mas já me sinto acolhido. Gosto muito do partido. Fui muito bem recebido pela nossa presidente Renata e pelo vice-presidente, Pastor Everaldo. Então, é um prazer poder estar com vocês e espero contribuir à altura, atuando ao seu lado na Comissão de Esporte, da qual você (Nely) já faz parte, uma área que eu gosto muito. Também quero contribuir na advocacia, minha área de origem, e, com certeza, com o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Podem ter certeza de que trabalho e dedicação não vão faltar. Porque juntos, Podemos!”, afirmou o deputado Sérgio Santos Rodrigues.

A deputada Nely Aquino participou da cerimônia de posse e deu as boas-vindas ao novo parlamentar. Ela destacou que continuará trabalhando pelo Podemos na condição de presidente estadual do partido em Minas Gerais.

“Continuo trabalhando por Minas e pelo Podemos, com a certeza do desenvolvimento do trabalho desse jovem sério, comprometido e que tem muito a contribuir com

o nosso país e com o nosso estado. Seja muito bem-vindo, Serginho. Esta Casa te acolhe, o Podemos te acolhe”, declarou a parlamentar.

Advogado, pai, comunicador, empresário, esposo, palestrante, professor, escritor e dirigente de futebol, Sérgio Santos Rodrigues chega à Casa com uma carreira já consolidada na advocacia e com importante participação na história da reconstrução do Cruzeiro Esporte Clube.

Formado em Direito pela Fumec, em 2004, o parlamentar também é graduado no Curso de Gestão de Futebol da CBF e integrou a primeira turma do Diploma da FIFA em Club Management. Além disso, possui um relevante MBA em Gestão de Entidades Desportivas pela Escola do Real Madrid.

Em meio à maior crise do Cruzeiro, o parlamentar percebeu que apenas a criação de uma Sociedade Anônima do Futebol (SAF) poderia salvar o clube. Foi então que articulou com os senadores Rodrigo Pacheco e Carlos Portinho para acelerar a tramitação do projeto de lei que estava paralisado no Congresso. Graças ao seu trabalho, o projeto foi aprovado. Assim, o Cruzeiro se tornou a primeira SAF registrada no Brasil, em novembro de 2021, sendo posteriormente vendido no mês seguinte, inaugurando o mercado de SAF no país.

O secretário nacional do Podemos, Luiz França, e o secretário-geral do partido, Thiago Milhim, também participaram da cerimônia de posse e prestigiaram o novo membro da legenda.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Sergio Santos Rodrigues assume seu espaço na Câmara trazendo preparo e experiência.

GILSON DANIEL LANÇA LIVRO INÉDITO SOBRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

O deputado Gilson Daniel (ES), lançou no dia 30 de outubro, o livro “Captação de Recursos Públicos: Gestão e Compliance”, escrito em coautoria com o administrador Leandro Rodrigues, que chefia o gabinete do parlamentar em Brasília e acumula ampla experiência técnica em captação e gestão de recursos federais.

Com o Palácio Anchieta, no Espírito Santo, lotado, o evento contou com a presença do governador Renato Casagrande, do vice-governador Ricardo Ferraço, além de prefeitos, secretários, gestores e lideranças municipais de todo o estado.

A obra é inédita na literatura brasileira e se propõe a ser um manual prático e acessível para gestores públicos que desejam aprender, passo a passo, como captar, aplicar e prestar contas de recursos públicos com eficiência, planejamento e transparência.

Mais do que a experiência política, o livro reflete também a sólida formação técnica e acadêmica de Gilson Daniel. O deputado é contador, mestre em Finanças Públicas, professor universitário e atuou por anos em consultoria a municípios nas áreas de finanças e gestão pública. Essa vivência prática e teórica se soma à trajetória de mais de duas décadas dedicadas ao serviço público — de vereador e prefeito de Viana por dois mandatos a presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo

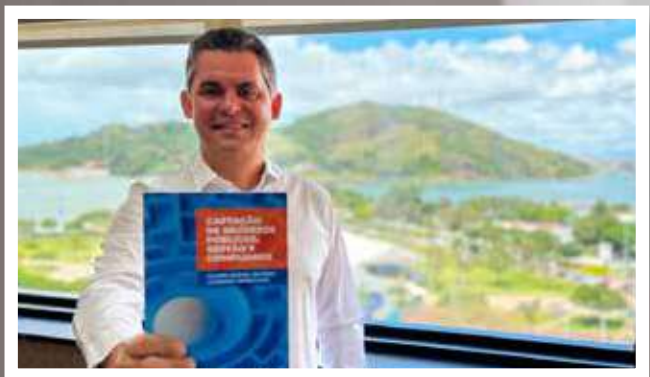
(Amunes), secretário de Estado e, hoje, deputado federal.

“O gestor público precisa unir técnica, planejamento e estratégia para transformar ideias em resultados reais. Este livro é uma ferramenta prática para prefeitos, secretários e técnicos que querem fazer a diferença, sair do discurso e entregar obras e serviços à população”, afirma Gilson Daniel. No conteúdo, os autores ensinam como estruturar setores de captação de recursos nas prefeituras, elaborar projetos consistentes, identificar o melhor momento para buscar ministérios e órgãos federais, e garantir o cumprimento das exigências legais e de compliance.

“Captação de recursos é ciência e estratégia. Saber planejar, montar bons projetos e prestar contas corretamente é o que diferencia o gestor que realiza daquele que promete. Nosso objetivo foi oferecer um guia moderno e direto, baseado em resultados reais e comprovados”, explica Leandro Rodrigues, coautor da obra.


O lançamento consolida Gilson Daniel como uma das principais vozes do país em defesa de uma gestão pública técnica, municipalista e voltada para resultados — a mesma linha que o consagrou em sua primeira obra, Gestão Pública Voltada para Resultados, hoje referência nacional.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado mais municipalista do Brasil é do Podemos!

A portrait of a middle-aged man with short, dark hair, wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a blue tie. He is looking directly at the camera with a slight smile. The background is a blurred interior space with light-colored walls and a chandelier.

“O gestor público precisa unir técnica, planejamento e estratégia para transformar ideias em resultados reais”



“O IVA 5.0 é fruto de décadas de diálogo com lideranças do setor; é nova era dos pequenos negócios: mais simplicidade, crédito, competitividade, menos burocracia e mais lucros”

DEPUTADO HAULY APRESENTA O NOVO SUPER SIMPLES 5.0 PARA IMPULSIONAR OS PEQUENOS NEGÓCIOS

Após mais de 30 anos de muita luta, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) conseguiu aprovar a criação do IVA 5.0, que representa um marco histórico na modernização tributária do Brasil. Agora, ele acaba de apresentar o Projeto de Lei Complementar nº 194/2025, que institui o Super Simples 5.0 — um regime facultativo, moderno e super simplificado, destinado às micro e pequenas empresas e aos produtores rurais com faturamento de até R\$ 3,6 milhões. Esse projeto é fruto de décadas de estudo, experiência e diálogo com as lideranças do setor, e inaugura uma nova era para os pequenos negócios brasileiros: mais simplicidade, mais empregos, mais crédito, mais competitividade, menos burocracia e mais lucros.

Confira novidades do projeto:

Antecipação e integração total da cobrança do IBS para 2027, integrando o ISS (Imposto sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) ao novo modelo, de forma simultânea e automatizada;

Será feita a cobrança automática dos tributos sobre o consumo: Além do IPI e do PIS/Cofins, também estarão integrados o ICMS, o ISS e a CPP (Contribuição Previdenciária Patronal), todos recolhidos em tempo real, via split payment, no ato da liquidação da nota fiscal. A única tributação que permanecerá separada será a do Imposto de Renda e da CSL;

O fim da cumulatividade e da bitributação: Hoje, o Simples Nacional gera bitributação e impede o aproveitamento de créditos. No novo modelo, toda compra gera crédito financeiro, devolvido automaticamente conforme as vendas são liquidadas — assegurando neutralidade tributária plena em toda a cadeia.

O sistema elimina o PGDAS e as guias mensais. O recolhimento ocorrerá automaticamente no ato da liquidação da nota fiscal, via sistema eletrônico integrado (split payment);

Seis tributos (ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins e CPP) terão um recolhimento único, automático e instantâneo, mantendo as isenções do Sistema S, do Salário-Educação e do Funrural;

Com o recolhimento eletrônico e instantâneo, não haverá atraso, dívida ativa nem sonegação. A partilha entre União, Estados e Municípios ocorre de forma automática, transparente e imediata, garantindo justiça federativa e segurança fiscal.

Pela primeira vez, o produtor rural pessoa física poderá optar por esse regime e ter créditos financeiros automáticos, sem burocracia e com total simplicidade.

Para o deputado Hauly, o Super Simples 5.0 representa um avanço estrutural, tecnológico e social com grandes benefícios para os pequenos negócios do Brasil.

A medida também busca valorizar e fortalecer as empresas inscritas no Simples Nacional, que representam o maior número de empreendimentos formais e o principal gerador de empregos no país. Ao modernizar e simplificar o sistema tributário, o Super Simples 5.0 reconhece o papel estratégico das micro e pequenas empresas na economia brasileira, estimulando seu crescimento sustentável, a formalização de novos negócios e a ampliação das oportunidades de trabalho em todas as regiões do Brasil.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Quem tem uma pequena empresa sabe que a luta para gerar emprego e renda é constante, de domingo a domingo. Essas pessoas têm no deputado Luiz Carlos Hauly um aliado para todas as horas.

COMBATE AO USO CRIMINOSO DE DRONES E FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O deputado Sargento Portugal (RJ) tem se destacado no Congresso Nacional pela firme defesa da segurança pública e pelo compromisso em fortalecer as forças policiais que atuam diariamente na proteção dos brasileiros. Policial militar de carreira, ele conhece de perto a realidade das ruas e os desafios enfrentados por quem combate o crime organizado.

Nos últimos meses, o Rio de Janeiro tem sido palco de graves episódios de violência, com facções criminosas utilizando drones para monitorar operações policiais e até lançar explosivos contra agentes de segurança. Essa situação inédita escancarou a necessidade urgente de atualizar a legislação brasileira para lidar com o uso criminoso dessa tecnologia.

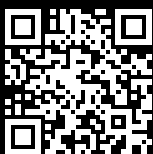
Foi nesse contexto que o deputado apresentou o Projeto de Lei 3835, de 2024, aprovado em novembro pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto altera o Código Penal e o Estatuto do Desarmamento para criminalizar o uso de drones em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, o apoio a ações de facções e o ataque

a forças de segurança. O projeto busca dar ao Estado instrumentos legais eficazes para punir e coibir esse tipo de conduta, garantindo mais segurança aos cidadãos e aos profissionais que arriscam a vida em serviço.

Paralelamente, Sargento Portugal também propôs o Projeto de Lei Complementar 36/2025, que regulamenta o uso de drones pelas forças de segurança e pelas Forças Armadas. A proposta define regras claras e assegura que o emprego dessa tecnologia seja feito com responsabilidade, transparência e respeito à privacidade.

As duas iniciativas se complementam. Enquanto uma combate o uso criminoso dos drones, a outra garante que o Estado possa utilizá-los de forma legítima e eficiente no combate à criminalidade. Diante do cenário de violência que assola o Rio de Janeiro e preocupa todo o país, o trabalho do deputado Sargento Portugal representa um passo decisivo para modernizar a legislação e fortalecer a segurança pública.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Sargento Portugal propõe substituir a tornozeleira eletrônica por câmeras corporais para condenados em regime aberto ou semiaberto.



“A proposta define regras claras e assegura que o emprego dessa tecnologia seja feito com responsabilidade, transparência e respeito à privacidade”



“A realidade da fome não pode ser tratada como algo normal. Garantir comida na mesa das famílias é a responsabilidade mais básica de qualquer governo”

DEFESA DE NOVAS AÇÕES CONTRA A FOME MARCA PARTICIPAÇÃO DE RUY EM CÚPULA INTERNACIONAL NO CATAR

A defesa de novas políticas públicas contra a fome e o avanço nas articulações para ampliar os recursos da assistência social no Brasil marcaram a participação do deputado federal Ruy Carneiro durante eventos realizados em Doha, no Catar.

Representando o Congresso Nacional, Ruy defendeu a urgência de ações práticas para reduzir a miséria e ampliar a segurança alimentar, ao mesmo tempo, reforçou as negociações por mais verbas para o setor nos estados e municípios brasileiros.

“A realidade da fome não pode ser tratada como algo normal. É triste olhar os números: são 700 milhões de pessoas passando fome no mundo e mais de 2 bilhões e 200 milhões vivendo em situação de pobreza. O Brasil tem um papel importante em liderar essas discussões, mas precisamos de ações urgentes. Garantir comida na mesa das famílias é a responsabilidade mais básica de qualquer governo”, alertou o deputado.

A participação no Encontro de Líderes da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e na 2ª Cúpula Mundial

para o Desenvolvimento Social, reforça o trabalho que Ruy já desenvolve no Congresso e junto às entidades sociais da Paraíba.

O deputado é um dos principais articuladores da Proposta de Emenda à Constituição que busca garantir 1% da receita da União para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na Paraíba, o parlamentar é o maior mantenedor das instituições filantrópicas e sociais do estado.

Realidade na Paraíba

A preocupação de Ruy Carneiro também tem base na realidade regional. Segundo dados recentes divulgados pelo IBGE, a Paraíba possui 481 mil residências com algum registro de insegurança alimentar. Esse número deixa o estado com um índice acima da média nacional, que é de 24,2%.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Ser livre para dizer SIM ou NÃO quando o Brasil precisa.

EM POUCO MAIS DE 100 DIAS DE MANDATO, TIAGO DIMAS MOSTRA ARTICULAÇÃO POLÍTICA E RETOMA PROTAGONISMO NA CÂMARA

Deputado já teve projetos aprovados, participou de debates das principais propostas do país e já destinou cerca de R\$ 30 milhões para municípios do Estado; parlamentar também é destaque nas redes sociais com vídeo de 4,4 milhões de visualizações

De volta à Câmara desde o início de agosto, o deputado federal Tiago Dimas (TO) vem mostrando grande poder de articulação política e retomou o protagonismo obtido no primeiro mandato (2021-2024). Em apenas 100 dias no cargo, o parlamentar já conseguiu destinar aproximadamente R\$ 30 milhões aos municípios do Estado, mesmo tendo assumido o posto com um orçamento em execução.

“O orçamento já estava sendo gasto e a margem de trabalho para alocação de recursos, sejam de emendas parlamentares individuais, impositivas ou até mesmo em articulação com o governo federal, é escassa. Apesar disso, conseguimos atuar e, em pouco mais de três meses, atendemos vários municípios do Estado, com a destinação de R\$ 30 milhões para obras ou custeio de ações relevantes”, frisou Tiago Dimas.

Projetos de Tiago Dimas avançam

No campo legislativo, o deputado também está entregando resultados. E nestes 100 dias já viu seu projeto de lei 5063/2025, que prevê a obrigatoriedade do descarte seguro de garrafas de vidro em eventos públicos e privados, aprovado em Plenário após ser apensado a outra iniciativa com conteúdo complementar. A proposta dificulta a falsificação

de bebidas, dificultando a adulteração com metanol que já matou mais de uma dezena de pessoas.

O parlamentar também articulou para que a Comissão de Educação da Câmara aprovasse seu projeto de lei n.º 1185/2019. A proposta, que está em tramitação na casa, estipula que todas as salas de aulas das novas escolas públicas a serem construídas no país serão climatizadas e terão abastecimento de energia via sistema fotovoltaico ou de outras fontes renováveis. “ Fizemos duas propostas que mudam a vida das pessoas serem aprovadas e avançarem na Câmara. Trabalho de resultados”, comemorou Tiago Dimas.

Ativo nas grandes discussões

O parlamentar também vem participando de todas as grandes discussões no período. Por exemplo, se posicionou firmemente a favor do projeto que isentou de Imposto de Renda todas as pessoas com salário formal de até R\$ 5 mil, medida que beneficia mais de 100 mil tocantinenses, e do projeto antifacções, aprovado recentemente na Câmara.


No projeto que cria o piso nacional para os profissionais de suporte à educação, como merendeiras, motoristas, secretários, porteiros, auxiliares de serviços gerais e outros, o deputado atuou firmemente para concretizar, com sucesso, a aprovação na Comissão de Finanças e Tributação. Inclusive, o vídeo do parlamentar sobre o assunto viralizou no país, chegando a 4,4 milhões de visualizações.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Tiago Dimas votou sim para acabar com a taxa de verificação dos taxímetros, antes obrigatória e cobrada pelo Inmetro (R\$ 52 por aparelho).

A man with short dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and blue tie, is shown from the chest up. He is looking slightly to his left and appears to be speaking. The background is blurred, showing what looks like a building facade. A blue brushstroke graphic is overlaid at the bottom of the image, containing white text.

“Em pouco mais de três meses, atendemos vários municípios do Estado, com a destinação de R\$ 30 milhões para obras ou custeio de ações relevantes”



“Ao levar informações claras e acessíveis diretamente ao celular, queremos prevenir situações de violência e alertar a sociedade sobre a importância da denúncia”

AVANÇA PROJETO DE ROMERO RODRIGUES QUE OBRIGA OPERADORAS DE CELULAR A ENVIAR ALERTAS SOBRE CRIMES CONTRA IDOSOS

Um novo esforço legislativo voltado à proteção da população idosa está em pauta na Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei 4234/2023, apresentado pelo deputado Romero Rodrigues (PB), avança no Congresso e pode transformar o celular — presente em quase todos os lares brasileiros — em uma ferramenta estratégica contra golpes, abusos e outras formas de violência praticadas contra pessoas com 60 anos ou mais.

A proposta, aprovada ontem pela Comissão de Segurança Pública, determina que as prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (SMP) enviem periodicamente mensagens de alerta aos usuários. As notificações, de caráter educativo e preventivo, deverão informar sobre riscos como fraudes financeiras, agressões, abandono e demais violações de direitos. Todo o serviço seria gratuito para os consumidores.

Segundo o texto, a intenção é aproveitar a capilaridade das telecomunicações para atingir um público que cresce em ritmo acelerado no país. Dados do IBGE indicam que o Brasil já ultrapassou a marca de 30 milhões de idosos — um contingente que, nos próximos anos, continuará aumentando. Em paralelo, estudos recentes revelam que golpes digitais são hoje uma das principais ameaças a esse grupo, especialmente aqueles que envolvem engenharia social, transferências indevidas e falsos pedidos de ajuda.

Para Romero Rodrigues, o envio direto de alertas ao celular pode ser decisivo para evitar prejuízos e situações de violência. “Os crimes contra idosos infelizmente vêm crescendo no Brasil. Ao levar informações claras e acessíveis diretamente ao celular, queremos prevenir situações de violência e alertar a sociedade sobre a importância da denúncia”, afirma o parlamentar.

O projeto está em análise nas comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Constituição, Justiça e de Cidadania. Só depois de ser aprovado nesses colegiados poderá ser votado em plenário. Caso avance, a iniciativa pode se tornar uma nova ferramenta de conscientização social, atuando tanto na prevenção quanto na ampliação do debate público sobre a segurança dos mais velhos.

A proposta também reforça a atuação de Romero Rodrigues na promoção de políticas voltadas aos segmentos mais vulneráveis, com foco específico na segurança e na cidadania digital — um campo cada vez mais relevante em um país no qual a conectividade se tornou parte essencial da vida cotidiana.

Se aprovado, o envio obrigatório de alertas pelas operadoras poderá inaugurar uma nova fase na comunicação entre Estado e população, usando o celular não apenas como instrumento de conveniência, mas como aliado na proteção de quem mais precisa.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Com apoio do deputado Romero Rodrigues, a Comissão de Turismo da Câmara aprovou diretrizes para ampliar o turismo inclusivo para pessoas com TEA.

GAMBALE GARANTE DEFESA DAS FAMÍLIAS E DAS APAES COM MUDANÇA NO DECRETO DO MEC

O líder do Podemos na Câmara, deputado Rodrigo Gambale, destacou a importância da decisão do Ministério da Educação de revogar e republicar o Decreto nº 12.686/2025, que havia causado grande apreensão entre as escolas especializadas de todo o Brasil, especialmente as instituições que atendem alunos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), como as APAEs.

O decreto anterior gerou insegurança sobre a continuidade dos serviços oferecidos por essas instituições e sobre o direito das famílias escolherem o ambiente mais adequado para o aprendizado de seus filhos. Após forte mobilização de entidades, parlamentares e famílias, o MEC decidiu revisar integralmente o texto.

A nova versão do decreto irá assegurar o direito de escolha das famílias, permitindo que pais e responsáveis optem por matricular seus filhos na rede regular de ensino ou em escolas especializadas, de acordo com as necessidades e particularidades de cada estudante. A garantia desse direito é fundamental para preservar a autonomia das famílias e o atendimento individualizado, que muitas vezes é indispensável para alunos com deficiência ou TEA.

Outro ponto essencial é a manutenção dos repasses federais para as instituições especializadas. O governo assegurou que não haverá interrupção no

financiamento, o que garante a continuidade dos serviços, o suporte pedagógico adequado e toda a estrutura oferecida por entidades reconhecidas pelo seu trabalho, como as APAEs, que atendem milhares de alunos em todo o país.

O deputado Rodrigo Gambale reforça que o mandato sempre esteve ao lado dessas instituições e segue acompanhando o processo de atualização do decreto para garantir que nenhum direito seja retirado. A atuação em defesa das APAEs e do ensino especializado é uma prioridade, sobretudo por sua relevância social e pelo impacto direto na vida das famílias.

Com a revisão do decreto, reafirma-se o compromisso com uma educação inclusiva, plural e que respeite a individualidade de cada aluno, fortalecendo o papel das instituições especializadas e assegurando que cada criança e jovem possa aprender no ambiente que melhor atenda suas necessidades.


“A revogação do decreto garante o direito das famílias escolherem o melhor caminho para seus filhos e assegura a continuidade das escolas especializadas em todo o país.”

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O nosso líder Rodrigo Gambale agradeceu, com a medalha Rei Pelé 2025, Renato Santiago, ex-jogador de futebol que é um goleador também fora dos campos: trabalhar em projetos sociais voltados para a inclusão.



“A revogação do decreto garante o direito das famílias escolherem o melhor caminho para seus filhos e assegura a continuidade das escolas especializadas em todo o país”

A close-up photograph of a woman with long, wavy brown hair and glasses, smiling warmly while speaking into a black microphone. She is wearing a patterned top. The background is softly blurred, showing what appears to be a conference room setting with a chair.

“Viver mais precisa significar viver melhor. O Brasil tem de oferecer dignidade a quem tanto contribuiu com a nossa história”

RENATA ABREU ABRAÇA DESDE O PRIMEIRO CHORO AOS CABELOS BRANCOS

Cuidar das pessoas — do bebê ao idoso — é uma missão que move a deputada federal Renata Abreu (SP). Em cada projeto que apresenta, há um mesmo fio condutor: a defesa da vida e do bem-estar. Um olhar sensível, de mãe, de filha e de cidadã, que enxerga na política uma forma de acolher quem mais precisa.

Recentemente, Renata apresentou duas propostas que traduzem essa essência cuidadora: o PL 5707/2025, que busca evitar mortes de crianças por engasgo, e o PL 5432/2025, que cria o Programa Nacional da Longevidade Ativa e Saudável.

Duas iniciativas distintas, mas que se completam num mesmo propósito: garantir atenção, proteção e qualidade de vida a todos os brasileiros — da primeira infância à melhor idade.

PROTEÇÃO AOS PEQUENOS

O projeto sobre engasgo nasceu da indignação diante de uma realidade que assusta: quase 100 crianças morrem por ano no Brasil sufocadas por alimentos ou pequenos objetos.

Para mudar esse cenário, Renata propõe que escolas, restaurantes e espaços públicos tenham um dispositivo manual de sucção para desobstrução das vias respiratórias e que ao menos um funcionário por turno seja treinado em primeiros socorros.

“É uma medida simples, de bom senso, que pode salvar uma vida em segundos”, afirma a deputada.

ACOLHENDO QUEM TANTO JÁ FEZ

No outro extremo da vida, Renata também acolhe quem já percorreu um longo caminho. O PL da Longevidade Ativa e Saudável propõe políticas públicas voltadas à saúde, autonomia, inclusão e segurança dos idosos, inspiradas no conceito de “envelhecimento ativo” da Organização Mundial da Saúde.

O projeto cria o Selo Brasil Longevo e o Fundo Nacional da Longevidade, para financiar ações que estimulem a participação social e o protagonismo das pessoas com mais de 60 anos.

“Viver mais precisa significar viver melhor. O Brasil tem de oferecer dignidade a quem tanto contribuiu com a nossa história”, destaca Renata.

CUIDAR DE GENTE É SEU PROPÓSITO

De um extremo ao outro da vida, o trabalho de Renata Abreu é guiado pelo mesmo princípio: cuidar de gente. Seja salvando vidas com prevenção ou garantindo que o idoso viva com plenitude, suas propostas mostram que a política pode — e deve — ter coração.

“Cuidar das pessoas é cuidar do Brasil. Esse é o verdadeiro propósito do meu mandato”, define a deputada federal Renata Abreu.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

Os deputados aprovaram projeto que amplia progressivamente, de 5 para 20 dias, a licença-paternidade.

SAMUEL SANTOS SEGUE COMPROMETIDO COM OS INTERESSES DA POPULAÇÃO

O deputado Samuel Santos reafirma, mais uma vez, seu compromisso com as pautas que impactam diretamente a vida dos brasileiros. Em um momento em que o sistema público de saúde enfrenta grandes desafios, o parlamentar votou a favor do projeto que acelera o atendimento de pacientes do SUS por meio de parcerias com a iniciativa privada, buscando reduzir filas e ampliar o acesso a consultas, exames e cirurgias. A proposta, defendida por Samuel, tem como objetivo garantir mais agilidade e eficiência no atendimento à população, sem comprometer os princípios de gratuidade e universalidade do sistema.

Paralelamente, Samuel Santos tem se destacado pela sua visão voltada ao desenvolvimento econômico equilibrado. Ele é o autor do Programa de Incentivo à Industrialização Nacional Descentralizada (PIRD) — um projeto que propõe a criação de benefícios fiscais e estruturais para empresas que se instalem em regiões interioranas e rurais. A iniciativa visa estimular a geração

de empregos e renda fora dos grandes centros urbanos, promovendo uma nova etapa de industrialização inclusiva no país.

Com o PIRD, o deputado busca reduzir desigualdades regionais e fortalecer a economia local, especialmente em cidades que sofrem com a falta de oportunidades. O projeto prevê, entre outras medidas, linhas de crédito especiais, apoio técnico e prioridade na infraestrutura pública para empresas que aderirem ao programa.

Samuel Santos reforça que o desenvolvimento social e econômico deve caminhar junto com a valorização das pessoas. Seu trabalho no Parlamento reflete uma postura equilibrada, moderna e voltada ao bem-estar coletivo, mostrando que é possível unir eficiência administrativa e sensibilidade social.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O eleitor não é torcedor. Ele é contribuinte e quer resultados!

“Emprego e saúde para quem mais precisa é um dos meus lemas. Nosso país carece de dignidade ao cidadão”

“Famílias e seus pets merecem respeito e segurança. Essa proposta garante dignidade no transporte e elimina barreiras injustas para quem depende dos aplicativos”

CÂMARA AVANÇA EM PROPOSTA “PET FRIENDLY” DE BRUNO GANEM PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (22), o projeto de lei que torna obrigatório o transporte de animais de estimação em veículos de aplicativo em todo o Brasil. A proposta, de autoria dos deputados Bruno Ganem (SP) e Raimundo Costa (BA), representa um avanço significativo para milhões de famílias que dependem desses serviços no dia a dia e que ainda enfrentam dificuldades ao tentar se locomover com seus pets.

O projeto estabelece que cães e gatos, além de outros animais domésticos, devem ser aceitos pelos aplicativos de mobilidade urbana, sem a cobrança de tarifas adicionais. As plataformas poderão definir condições para o transporte, levando em conta o tipo de veículo, o porte do animal e normas de segurança. O texto também autoriza que motoristas recusem a viagem caso o animal represente risco à saúde, à segurança ou não possa ser acomodado de forma adequada no carro.

A proposta traz regras específicas para garantir o bem-estar dos animais durante o transporte. Cães de pequeno, médio e grande porte deverão viajar no banco traseiro, presos por peitorais ao cinto de segurança. Já os gatos precisarão estar em caixas de transporte apropriadas. As diretrizes valem também para outras espécies domésticas que possam ser transportadas com

segurança.

Para Bruno Ganem, a medida representa um avanço civilizatório na relação entre tutores, motoristas e aplicativos. Segundo ele, “famílias e seus pets merecem respeito e segurança. Essa proposta garante dignidade no transporte e elimina barreiras injustas para quem depende dos aplicativos”.

O PL prevê penalidades para as empresas que descumprirem a norma, incluindo sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor e, em casos mais graves, a suspensão do serviço no país. A intenção é reduzir conflitos, recusas indevidas e situações de risco que ainda são comuns no transporte de animais.

Após a aprovação na Comissão de Viação e Transportes, o texto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso avance, o Brasil dará um passo importante na consolidação de políticas públicas voltadas à causa animal e à convivência responsável. A iniciativa reforça o compromisso do Podemos com o bem-estar dos animais, a defesa dos direitos dos tutores e a construção de uma sociedade mais inclusiva e pet friendly.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Quando chegar o dia em que ninguém mais precise resgatar, castrar ou adotar porque não haverá animais abandonados, a gente vai saber que venceu.

PROJETO DETERMINA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS VOLTADOS A NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE GRUPOS VULNERÁVEIS

Projeto de lei apresentado no último dia (29), pelo deputado Fabio Macedo (MA), estabelece normas para elaboração de programas para atender às necessidades específicas de grupos vulneráveis — mulheres, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas e raciais, pessoas LGBTQIA+ e em situação de rua, crianças e adolescentes, entre outros —.

Considerando a relação entre favelas e violência e, toda a complexidade que envolve essas comunidades acerca de questões sociais, econômicas, políticas e culturais, onde diversos grupos enfrentam vulnerabilidades específicas, o parlamentar iniciou um esforço concentrado ao protocolar a proposta, que determina que o governo federal realize atividades coordenadas e contínuas para a formação de um acervo comum de informações sobre os nichos de vulnerabilidade presentes na sociedade, principalmente nas favelas. “Os programas destinados a grupos vulneráveis específicos não se limitarão a regras abrangentes, dirigidas a qualquer segmento populacional em situação de vulnerabilidade, mas cada grupo deverá ser

avaliado e tratado em sua especificidade, pois o objetivo da nossa iniciativa é reduzir desigualdades sociais garantindo que mulheres, pessoas com deficiência, minorias étnicas e LGBTQIA+, tenham ainda mais acesso a direitos e oportunidades”, ressalta o deputado.

O parlamentar complementa ainda que programas direcionados podem oferecer suporte adaptado a serviços essenciais, como de saúde, educação, assim como, capacitação profissional e assistência social. “O trabalho proposto será de identificar as necessidades reais das populações vulneráveis de forma mais célere e eficaz e, assim, promover maior justiça social e inclusão”, pontua.

De acordo com o projeto, a coordenação dos esforços governamentais sobre os referidos programas caberá ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.


O Projeto de Lei 5479/2025 está em tramitação na Câmara dos Deputados.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

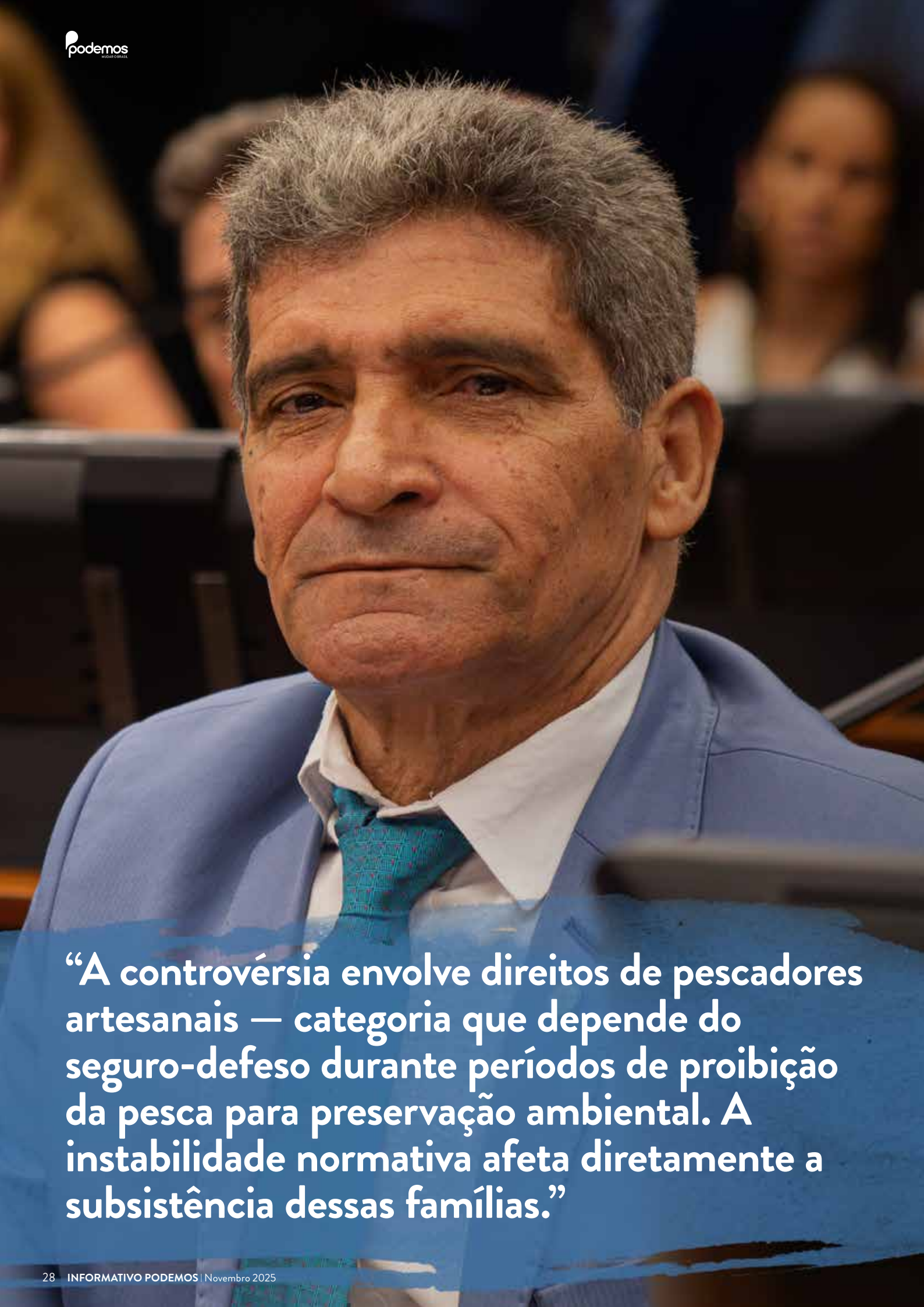


CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Fabio Macedo quer que o Brasil reconheça essa forma de abuso como violência doméstica e familiar, para proteger mais mulheres e assegurar atendimento no SUS.



“O trabalho proposto será de identificar as necessidades reais das populações vulneráveis de forma mais célere e eficaz e, assim, promover maior justiça social e inclusão”



“A controvérsia envolve direitos de pescadores artesanais — categoria que depende do seguro-defeso durante períodos de proibição da pesca para preservação ambiental. A instabilidade normativa afeta diretamente a subsistência dessas famílias.”

DEPUTADO PEDE DEVOLUÇÃO DE MP SOBRE SEGURO-DEFESO POR VÍCIO CONSTITUCIONAL

Raimundo Costa alega reedição irregular de norma que beneficia pescadores artesanais

O deputado federal Raimundo Costa (Podemos-BA) protocolou requerimento na Presidência do Congresso Nacional solicitando a devolução da Medida Provisória nº 1.323/2025 ao Poder Executivo. O parlamentar acusa o governo de cometer vício de constitucionalidade ao reeditar norma sobre o seguro-defeso na mesma sessão legislativa, ferindo vedação expressa da Constituição Federal.

A argumentação do deputado baiano baseia-se no artigo 62, parágrafo 10, da Constituição Federal, que veda expressamente a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória rejeitada ou que tenha perdido eficácia. Segundo Costa, a MPV 1.323/2025 repete o conteúdo da Medida Provisória nº 1.303/2025, publicada em 11 de junho deste ano. Ambas alteram a Lei nº 10.779/2003, que regulamenta o seguro-desemprego do pescador artesanal.

“Ainda que o texto traga artigos com nova redação, trata-se de flagrante reedição, vedada pela Constituição”, argumenta o parlamentar no requerimento. A proibição constitucional busca impedir que o Executivo insista em

temas não aprovados pelo Legislativo, preservando o equilíbrio entre os poderes.

Vício insanável

O documento invoca o princípio da não convalidação das nulidades do processo legislativo. Por esse entendimento, vícios formais não podem ser corrigidos posteriormente. “Tratando-se de inconstitucionalidade formal, o vício contamina todo o ato normativo desde sua origem”, afirma Costa, defendendo a devolução imediata, sem análise de mérito, pelo Congresso.

Pescadores no centro da disputa

A controvérsia envolve direitos de pescadores artesanais — categoria vulnerável que depende do seguro-defeso durante períodos de proibição da pesca para preservação ambiental. A instabilidade normativa afeta diretamente a subsistência de milhares de famílias.

Se acolhido pela Mesa do Congresso, o pedido resultará na devolução da MPV 1.323/2025 sem votação. Caberá ao governo decidir se apresenta nova proposta, respeitando os prazos constitucionais.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Esta foi uma das batalhas mais desafiadoras do deputado Raimundo Costa no Congresso Nacional: defender a aposentadoria especial do trabalhador rural.

PROJETO QUE PRIORIZA JULGAMENTO DE AÇÕES SOBRE DESASTRES AMBIENTAIS É APROVADO NA CCJC

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, o projeto de lei do deputado Dr. Victor Linhalis (ES), que estabelece prioridade ao julgamento de ações cíveis e penais relacionadas a desastres ambientais. O texto segue agora para o Senado.

A proposta, de autoria de Dr. Victor Linhalis, altera o Código de Processo Civil (CPC) e o Código de Processo Penal (CPP), incluindo os desastres ambientais no rol de casos com tramitação prioritária, atualmente restrito a processos que envolvem idosos, pessoas com doenças graves, situações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, casos de violência doméstica (Lei Maria da Penha) e litígios sobre licitações e contratos públicos.

Segundo Linhalis, a medida busca evitar a morosidade judicial que agrava o sofrimento das vítimas e atrasa a recuperação ambiental em tragédias como as de Mariana e Brumadinho.

“A lentidão na responsabilização e na reparação dos danos amplia o sofrimento das comunidades e

posterga a recuperação dos rios e das regiões atingidas. Nosso objetivo é garantir uma resposta mais rápida e eficaz do Estado diante de catástrofes ambientais”, afirmou o parlamentar.

A aprovação do projeto ocorre justamente no momento em que o país relembra os 10 anos do desastre de Mariana (MG), ocorrido em novembro de 2015. O rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, provocou um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil, devastando o Rio Doce e atingindo dezenas de municípios ao longo de seu percurso. No Espírito Santo, cidades importantes como Baixo Guandu, Colatina e Linhares sofreram fortemente os impactos da lama e da contaminação do rio.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Dr. Victor Linhalis defende a criação de regras claras para o uso de bikes elétricas em todo o Brasil



“Nosso objetivo é garantir uma resposta mais rápida e eficaz do Estado diante de catástrofes ambientais”



“Os passarinhos merecem respeito e regras justas. É possível preservar a natureza e manter viva uma tradição que faz parte da nossa cultura”

NELY AQUINO DEFENDE RESPEITO À FAUNA E REGRAS CLARAS PARA OS CRIADORES DE PASSARINHOS

A deputada federal Nely Aquino (MG) tem se destacado na defesa dos criadores de passarinhos, os tradicionais passarineiros, que há décadas fazem parte da cultura e da vida de milhares de famílias brasileiras, em especial as mineiras. Atenta às demandas do setor, a parlamentar participou recentemente de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde reforçou seu compromisso com a construção de políticas que garantam respeito, regras claras e responsabilidade ambiental.

Durante a audiência, Nely Aquino destacou que o debate sobre a criação de aves deve ser conduzido com bom senso e diálogo, valorizando quem atua dentro da legalidade e respeito à fauna. Segundo ela, é fundamental que os órgãos ambientais e o poder público trabalhem de forma orientadora, e não apenas punitiva, assegurando condições justas para a regularização dos criadouros.

“Os passarineiros não são inimigos da natureza; são, na verdade, parceiros na preservação das espécies e na transmissão de um amor genuíno pelos animais”, afirmou a deputada. Ela destacou ainda o papel importante das associações no estado mineiro, como a AOS Sabará, representada por Wheulton Quintanilha, e da Federação Ornitológica do Estado de Minas Gerais (FEOMG),

representada pelo presidente Luis Gustavo e pelo vice-presidente Elton Lousada, que têm desempenhado um trabalho sério e comprometido na defesa dos direitos dos criadores e na promoção da atividade responsável.

A atuação de Nely Aquino no tema tem se somado ao trabalho de outros parlamentares do Podemos, como o deputado Gilson Daniel (ES) e o deputado Sargento Portugal (RJ), que também têm sido vozes firmes em defesa dos passarineiros em seus estados e no Congresso Nacional. Juntos, têm buscado fortalecer um movimento nacional em prol da preservação com responsabilidade e do respeito às tradições culturais brasileiras.

Com postura equilibrada e diálogo constante com criadores, associações e autoridades ambientais, Nely reafirma seu compromisso de defender a liberdade com responsabilidade, valorizando a cultura popular e o amor à natureza que movem os passarineiros de Minas e de todo o Brasil.

“Os passarineiros merecem respeito e regras justas. É possível preservar a natureza e manter viva uma tradição que faz parte da nossa cultura.”

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

A família Podemos se orgulha de contar com você, Nely Aquino.

MAURICIO MARCON APRESENTA PEC DA LIBERDADE DA JORNADA DE TRABALHO

O deputado Mauricio Marcon (RS) protocolou, ao findar do mês de outubro, a Proposta de Emenda à Constituição no 40/2025, conhecida como PEC da Liberdade da Jornada de Trabalho. A proposta busca modernizar o mercado de trabalho e ajudar a destravar o crescimento econômico no país, assegurando mais liberdade e flexibilidade aos trabalhadores brasileiros, mas sem alterar o modelo atual da CLT.

O texto da PEC foi construído com parlamentares da Oposição e do Centro em contraposição à PEC 8/25 – proposta encampada pelo Governo Federal que não somente admite carecer de estudos de impacto econômico, mas engessa ainda mais as relações de trabalho no país ao propor o fim da escala 6x1 e a obrigatoriedade da escala 4x3.

A PEC encabeçada por Marcon, pelo contrário, é inspirada em modelos adotados com sucesso em países desenvolvidos e busca a ampliação das possibilidades de relação contratual através da criação de um modelo adicional mais flexível, que simultaneamente assegura os direitos trabalhistas atuais e confere maior autonomia e segurança jurídica para trabalhadores e empregadores adaptarem suas jornadas de trabalho.

De acordo com o texto apresentado, os empregados poderão optar entre o regime tradicional da CLT, com carga horária de até 44 horas semanais, uma jornada diária ou um modelo flexível baseado em

horas trabalhadas, conforme sua realidade pessoal e profissional. Essa flexibilidade permitirá que o trabalhador decida o formato de jornada que melhor atenda às suas necessidades, conciliando vida pessoal e profissional, além de adaptar sua rotina às demandas e oportunidades do mercado de trabalho. A adesão ao novo modelo será voluntária e acordada entre empregado e empregador, preservando todos os direitos garantidos pela legislação trabalhista.

Segundo Marcon, a proposta moderniza as relações de trabalho e acompanha as transformações sociais e tecnológicas que redefinem o mercado: “A PEC não retira direitos nem impõe novas regras. Ela amplia possibilidades, respeita a autonomia do trabalhador e estimula a livre negociação. O futuro do trabalho é a liberdade de escolha”, afirmou.


Na avaliação do deputado, a PEC da Liberdade de Jornada prossegue agora às comissões para “trazer equilíbrio e sensatez ao debate sobre as relações de trabalho em andamento na Câmara dos Deputados”, pois temas como “produtividade, economia e geração de emprego não vêm sendo discutidas com a profundidade e seriedade necessária para fazer a população brasileira prosperar”.

▲ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O que você acha de priorizar o julgamento de ações de tragédias ambientais? No Brasil, muitas vítimas esperam anos para receber o que é seu por direito.

A man with short brown hair and a beard, wearing a blue suit, white shirt, and blue tie, is speaking into a microphone. He is smiling and looking slightly to the left. The background is dark with vertical white lines.

“A PEC não retira direitos nem impõe novas regras. Ela amplia possibilidades, respeita a autonomia do trabalhador e estimula a livre negociação. O futuro do trabalho é a liberdade de escolha”



“Propõe-se, também, a distribuição dos recursos financeiros oriundos do PNAE a essas famílias, por meio dos programas sociais já existentes, como o Bolsa Família”

OFERTA DE MERENDA ESCOLAR NAS FÉRIAS É PROPOSTA DE RAFAEL FERA

Numa de suas primeiras ações na Câmara dos Deputados, o deputado Rafael Fera (RO) defendeu a distribuição de alimentação escolar aos estudantes das escolas públicas de educação básica, durante o período de férias escolares, ou suspensão das aulas em razão de estado de emergência, estado de calamidade pública, estado de sítio ou estado de defesa; e dá outras providências.

A sugestão está prevista no Projeto de Lei (PL) 3904/2025, protocolado pelo deputado junto à Mesa Diretora da Câmara. A proposta altera a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

“Todos sabem da importância da alimentação escolar para as crianças e adolescentes, infelizmente para muitos essa é uma das principais refeições. Por não haver aula, não há merenda escolar, refeição fundamental para a subsistência desses estudantes”, justifica o parlamentar.

Além da distribuição para pais ou responsáveis dos alunos da educação básica dos gêneros alimentícios adquiridos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), propõe-se, também, a distribuição dos recursos financeiros oriundos do PNAE a essas famílias, por meio dos programas sociais já existentes, como o Bolsa Família.

“Há que se considerar, ademais, que muitas dessas famílias têm dificuldades em até mesmo para preparar suas refeições, em virtude da falta de recursos para aquisição de gás de cozinha. Em razão disso, propõe-se que as escolas possam utilizar os gêneros alimentícios do PNAE para preparar refeições a essas pessoas”, completa o deputado Fera.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Rafael Fera defendeu a aprovação da PEC 169/19, que permite que professores acumulem um segundo cargo público de forma remunerada.

ARTIGO - ENFERMEIRA ANA PAULA | Deputada federal (CE)

ATÉ QUE IDADE É POSSÍVEL TRABALHAR EM UM HOSPITAL?

“Como enfermeira, técnica e auxiliar de enfermagem de chão de hospital e hoje, como deputada federal que defende o valor do trabalho, vejo diariamente o preço que os profissionais de saúde pagam para manter o Brasil de pé. Trabalhei em hospitais lotados, vi colegas morrerem por falta de EPIs e outros adoecerem para sempre por exposição contínua a riscos biológicos, físicos, químicos e psicossociais elevados.

Diante dessa realidade nua e crua, fiz uma profunda reflexão sobre até que idade é possível trabalhar nessas condições e, diante das evidências que encontrei, elaborei e apresentei o Projeto de Lei 5.078/2025, que representa a chance de fazer um gesto humanitário a esses trabalhadores no Plenário da Câmara dos Deputados.

O PL 5078 dispõe sobre o reconhecimento do tempo de serviço prestado nas condições indicadas e autoriza sua contagem diferenciada para fins de aposentadoria. De maneira simples e objetiva, o texto propõe a computação do tempo de serviço atual com o acréscimo correspondente a 40% para as mulheres e 35% para os homens, sobre o período efetivamente laborado.

A regra atual é cruel: quem ingressou após a Reforma da Previdência precisa de 60 anos de idade e 25 anos de exposição para receber apenas 60% do benefício, com adicional irrisório por ano extra. Isso significa que um técnico de enfermagem que começou aos 20 anos terá

que trabalhar até os 63 anos em ambiente de risco para ter aposentadoria integral.

É justo condenar quem salvou milhões de vidas a escolher entre saúde física e mental ou a sobrevivência financeira na velhice? O PL 5.078/2025 vem a corrigir essa injustiça. Afinal, não podemos deixar que valorosos profissionais de saúde trabalhem na velhice extrema e até a morte nos hospitais brasileiros antes de ter o direito a se aposentar, não é mesmo? Não se trata de privilégio, mas de reparação.

Estudos da Fiocruz mostram que profissionais de saúde têm risco 3,5 vezes maior de desenvolver doenças graves por exposição ocupacional. O burnout atinge 70% da categoria. Enquanto isso, países como Portugal, França e Canadá mantêm aposentadoria diferenciada para seus trabalhadores da saúde. Só o Brasil, que tanto aplaudiu seus heróis em janelas durante a pandemia, ainda os abandona. Apelo aos colegas parlamentares: aprovem o PL 5.078/2025.


Não é questão ideológica, é questão de gratidão e coerência. Quem arriscou a vida para salvar a nossa merece envelhecer com dignidade. A hora de reparar essa dívida histórica com os profissionais de saúde é agora.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

A Comissão de Saúde da Câmara aprovou a proposta que obriga hospitais a providenciarem acompanhante para pessoas com deficiência, quando solicitado!



“O debate sobre a aposentadoria especial para profissionais de saúde se impõe diante dos limites físicos, riscos ocupacionais e fatores biológicos que afetam profissões como a Enfermagem”

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA